

Políticas educacionais contemporâneas: o PROUNI na perspectiva de beneficiários

Contemporary educational policies: PROUNI in the perspective of beneficiaries

Myriam Siqueira da Cunha

Universidade Católica de Pelotas

mscpel@gmail.com

Stivie Sena Leston

Universidade Católica de Pelotas

stivie.sena@hotmail.com

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar a experiência vivida por ex bolsistas do Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Para isso, adotou-se a abordagem qualitativa e o método fenomenológico hermenêutico como estratégia de investigação. Os dados foram coletados por meio de entrevista em profundidade, realizada em três momentos distintos. Nesse sentido, a primeira etapa teve como foco principal a história de vida dos sujeitos, a segunda levou os participantes a reconstruir detalhes de sua experiência dentro do contexto em que ocorreram, e a terceira e última objetivou estimular os participantes a refletir sobre o significado de sua experiência. Participaram do estudo egressos dos cursos de administração, direito, medicina e psicologia, de uma Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul. As evidências foram analisadas por meio de abordagem seletiva, em conjunto com elementos das abordagens holística e detalhada. Nesse processo, utilizou-se como suporte o software Nvivo 10. Após o exame dos dados, percebeu-se que o Programa proporcionou significativa ampliação do acesso à educação superior. Contudo, essa expansão não foi realizada de maneira equitativa, tendo em vista que a oportunidade de escolha dos candidatos mais carentes permanece cerceada. Além disso, há falta de políticas para permanência dos estudantes e baixa qualidade da oferta. Dessa forma, considerando o foco no acesso e a concessão de isenções fiscais às Instituições de Ensino Superior Privadas (IES'P), reflete-se que o PROUNI, na maior parte das vezes, beneficia mais o setor privado lucrativo do que os bolsistas.

Palavras-chave: Política de educação. Educação superior. PROUNI.

Abstract

This study aimed to investigate the experiences lived by ex-students of the University For All Program (PROUNI). For this, a qualitative approach was adopted, with the hermeneutic phenomenological method as the investigation strategy. The data were collected through in-depth interviews, conducted on three distinct moments. The first stage focused mainly on the participant's life history; the second on the reconstruction of their experience within the context in which it occurred; and the third aimed to stimulate participants to reflect on the meaning of their experience. Participants were graduates from the courses of administration, law, medicine and psychology of a Community University of Rio Grande do Sul. The evidence were analysed by means of selective approach, in addition to elements of holistic and detailed approaches. In this process, the Nvivo 10 software was used as support. After the data were analysed, it was noted that the Program provided significant increase in the access to higher education. However, this expansion was not realized in an equitable manner, as the opportunity to choose by the more poor students remains limited. Aside from that, there is a lack of policies to ensure student permanence and low quality offers. Therefore, considering the focus on access and the concession of tax exemptions for the Private Higher Education Institutions (IESP), one can note that the PROUNI, most of the time, benefits the profitable private sector more than the students.

Keywords: Education policy. Higher education. PROUNI.

I ntrodução

O Brasil vivenciou nas últimas décadas elevado número de mudanças na área educacional. Em consequência de algumas delas, houve expansão do acesso à educação de nível fundamental e médio, que, por sua vez, acarretou um contingente maior de jovens vislumbrando o acesso à educação superior (SOUZA; MENEZES. 2014). Contudo, em 2013, o número de matrículas nesse nível educacional representava apenas 25,13% das inscrições no ensino fundamental (INEP, 2015).

Concomitante a essa problemática, observa-se a falta de investimento nas instituições públicas e o surgimento constante de novas instituições de ensino superior privadas. No entanto, cabe ressaltar que

O crescimento de novas vagas no Ensino Superior privado não atinge os estudantes menos favorecidos, principalmente os procedentes de Escolas Públicas, devido à dificuldade financeira [...] esses alunos também não são concorrentes às poucas vagas no Ensino Superior Público pela precariedade do Ensino Básico Público, que não assegura a realidade da competição (ALVES, 2008, p. 42).

Uma das barreiras que os estudantes enfrentam para ingressar no ensino superior é o contexto socioeconômico. De acordo com Gisi (2006), o acesso à educação superior no Brasil sempre foi reservado para os mais favorecidos. Nessa perspectiva, dados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2004 revelaram que 70% dos estudantes das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, e 58,4% dos alunos de IES privadas, possuíam renda familiar de, pelo menos, 9,2 salários mínimos (GISI, 2006).

Por outro lado, cada vez mais é difícil distinguir educação de desenvolvimento e os governos têm sido pressionados a apresentar alternativas que, permitam o uso racional de recursos e beneficiem o maior número de cidadãos (SARAIVA; NUNES, 2011). No tocante às políticas de educação superior, Barbosa (2002) defende que as universidades têm papel decisivo na inclusão, promoção da participação e da autonomia de pessoas, permitindo distribuição mais igualitária desse direito.

Nesse cenário de ociosidade das vagas ofertadas pelas IES privadas, necessidade de profissionais qualificados e poucas oportunidades para jovens com baixa renda, teve início no governo Lula a reforma universitária, que de acordo com Mancebo (2004, p. 80) “seria a edição de medidas que, a um só tempo, suprissem a necessidade de ampliação da rede de ensino superior e não implicassem gastos para a União”.

Entre as medidas da reforma universitária, destaca-se o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), iniciativa do Governo Federal que visava à diminuição das desigualdades sociais com a inclusão de brasileiros na educação superior. O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº176 de 13/09/04 e regulamentado pelo decreto nº 5.245 de 15/10/04, sendo um Programa destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50 por cento, para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

O Programa é dirigido a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

O PROUNI tem como objetivo democratizar o acesso e investir na qualidade do ensino, por meio da adesão de Instituições de Educação Superior, que destinam vagas para bolsas integrais e parciais, conforme a lei. Em contrapartida, as instituições ficam isentas do pagamento de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Programa de Integração Social (COFINS). Além dos critérios gerais estabelecidos para ingresso, o Programa possui política de cotas em que as bolsas de estudo para negros e indígenas são concedidas de acordo com a proporção dessas populações em cada estado da União.

Essa iniciativa carrega diferentes expectativas e interesses por parte dos estudantes, instituições e governo. Dos estudantes, pela possibilidade de acesso à educação superior, das instituições, pela redução da carga tributária e redução de alguns impostos e, para o governo, pela possibilidade de desenvolvimento do país pelo aumento de brasileiros na educação superior (SARAIVA; NUNES. 2011).

Sabe-se que desde a sua implementação, o PROUNI vem registrando recordes de inscrições. De acordo com o SISPROUNI (2015), em 2007 foram contabilizadas 668.561 inscrições, número que cresceu para 1.913.277 em 2014. Entretanto, decorridos 10 anos de funcionamento do Programa, um número ainda escasso de trabalhos e pesquisas foi desenvolvido em âmbito acadêmico voltados para essa temática que, devido à importância dos objetivos que propõe, possui *status* de relevância, conforme Almeida (2009), Amaral e Oliveira (2011), Santos (2012) e Saraiva e Nunes (2011).

Nessa perspectiva, a presente investigação se reveste de relevância acadêmica à medida que consistiu num olhar analítico sobre o PROUNI, como Política Educacional, problematizando sua proposta de inclusão acadêmica e social, pela compreensão das suas repercussões no âmbito da vida social e cultural dos sujeitos contemplados pelo Programa e, nesse sentido, extrapolando questões estritamente teóricas e/ou práticas.

Procedimentos metodológicos

Neste estudo de abordagem qualitativa, optou-se pela pesquisa do tipo fenomenológica hermenêutica (VAN MANEN, 1990), uma vez que a principal preocupação foi compreender experiências vividas. É fenomenologia porque é estudo descritivo da experiência vivida, na tentativa de enriquecê-la pela descoberta do seu significado e, hermenêutica porque é o estudo interpretativo das expressões e objetivações da experiência vivida no esforço de determinar o significado nelas expresso (VAN MANEN, 1990).

Participaram do estudo 11 egressos dos cursos de Administração, Direito, Medicina e Psicologia, de uma Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul. Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: ter cursado a graduação na condição de bolsista integral, ser formado há pelo menos dois anos. Neste artigo, com o intuito de manter o sigilo dos participantes, eles serão tratados pelos nomes fictícios de Andrea, Bernardo, Janaina, Ana, Lúcia, Maria, Marcelo, Alice, Jardel, Carla e Pedro.

Os dados foram coletados por meio de entrevista individual em profundidade realizada em três momentos distintos (SEIDMAN, 1998), sendo concebida como uma oportunidade de conversação, com a finalidade de compreender o fenômeno na perspectiva do entrevistado, considerando a realidade vivida e o que o sujeito dela percebe (PATTON, 1990; EVANS, 1999). A primeira etapa teve como finalidade compreender o contexto da experiência dos participantes, com o foco principal na história de vida dos sujeitos. A segunda levou os participantes a reconstruir detalhes de sua experiência dentro do contexto em que ocorreram. A terceira e última objetivou estimular os participantes a refletir sobre o significado de sua experiência.

Os encontros foram registrados por meio de gravações e anotações durante e após a realização das entrevistas. A descrição da experiência vivida de cada sujeito foi realizada após as transcrições das entrevistas, focalizando os dados biográficos do entrevistado, as experiências e seus significados.

O processo de interpretação dos dados deu-se da seguinte maneira: os fenômenos estudados foram descritos em unidades de significados e temas, de modo que as estruturas da experiência dos sujeitos estudados fossem os temas fenomenológicos emergentes das unidades de significado. Para realizar o isolamento temático do fenômeno no texto, foi utilizada a abordagem seletiva proposta por Van Manen (1990), em conjunto com elementos das abordagens holística e detalhada. Dessa forma, a abordagem holística envolveu a apreensão dos significados que emergiram no texto como um todo. A abordagem seletiva foi usada para orientar a interpretação, o que compreendeu leitura e releitura do texto para identificar parágrafos e declarações marcantes que revelassem a experiência vivida. A abordagem detalhada permitiu entender o que uma simples frase ou sentença revelava sobre o fenômeno descrito. Nesse processo, foi utilizado como apoio um *Computer Aided Qualitative Data Analysis Software* (CAQDAS), o NVIVO10.

Resultados e discussão

Os egressos e suas trajetórias

Bernardo estudou até a sétima série na rede privada de ensino, migrando posteriormente para a rede pública. Janaína cursou o ensino fundamental em escola particular, contudo, transferiu-se para uma escola estadual, local em que concluiu o ensino médio. Andréia sempre obteve boas notas. Realizou toda formação na rede pública. Ingressou inicialmente no curso de Nutrição, solicitando, posteriormente, transferência para o curso de Administração.

Ana fez sua formação escolar em escola pública. Relata que desde pequena desejava cursar Direito, sendo influenciada por um tio, que é advogado. Maria estudou em duas escolas públicas. Conheceu o Programa por meio de um amigo e, após bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ingressou no curso de Direito. Lúcia também cursou os ensinos fundamental e médio em escola pública. Antes de entrar no curso de Direito, estudou Química; Enfermagem e Psicologia. Marcelo foi aprovado no processo seletivo do PROUNI para o curso de Direito, em uma universidade no estado de Santa Catarina, onde residiu por um ano. Após esse período, transferiu-se para outra universidade no interior do Rio Grande do Sul.

Carla fez praticamente toda formação escolar na rede privada de ensino, todavia, concluiu o ensino médio por meio de exames supletivos de 1º e 2º graus. Conta que

ingressou no curso de Enfermagem, mas continuou realizando as provas do ENEM. Há seis meses do término da graduação, participou do processo seletivo para o curso Medicina. Pedro cursou o ensino fundamental em escola privada e, em razão das boas notas, obteve bolsa de estudos do colégio para cursar o ensino médio. Após concluí-lo, realizou a inscrição no SISU e PROUNI, sendo aprovado nesse último.

Alice relata que as condições econômicas da família eram baixas, e que estudou sempre em escola pública. Ingressou no curso de Psicologia em uma faculdade na capital do estado do Rio Grande do Sul. Decorrido um ano, transferiu-se para outra universidade no interior, próxima de sua cidade natal. Jardel cursou o ensino fundamental na rede privada com bolsa de 50%. Após concluí-lo, matriculou-se no ensino médio de uma escola federal. Depois foi contemplado com uma bolsa do PROUNI em uma universidade de outra região do estado, onde permaneceu por um ano. Após, transferiu-se para uma instituição no seu município de origem.

O significado da experiência vivida

Com base nas unidades de significado reveladas nas falas dos sujeitos, foi possível extrair a estrutura da experiência vivida pelos alunos egressos do PROUNI. Nesse processo, emergiram seis unidades de significado: ampliação do acesso à educação superior; mudança de vida; além do acesso: a questão da permanência; convivendo com as diferenças; política compensatória e; qualidade das IES credenciadas pelo Programa, articuladas pelo tema fenomenológico: possibilidades e limites do PROUNI.

Ampliação do acesso à educação superior

O PROUNI surgiu no contexto das novas políticas de promoção à Educação Superior do Governo Federal, tendo como objetivo fundamental democratizar o acesso e investir na qualidade do ensino, por meio da adesão de IES, com e sem fins lucrativos, que destinam vagas para bolsas integrais e parciais. Nesse cenário, no período compreendido entre 2005 e 2014, concedeu 2.227.038 bolsas de estudo para estudantes com baixa renda, representando impacto considerável na educação superior brasileira (SISPROUNI, 2015).

Nessa perspectiva, resultados de um estudo com ex-bolsistas do PROUNI (ESTACIA, 2009), apontam para o fato de que sem o Programa, muitos jovens teriam

dificuldades de ingressar em uma universidade. Não obstante, em investigação realizada com 198 bolsistas de uma IES comunitária do Rio Grande do Sul, 56% dos pais e mães dos egressos respondentes possuíam como escolaridade o ensino fundamental incompleto, destacando a relevância da formação universitária conquistada pelos egressos do Programa (FELICETTI; CABRERA; MOROSINI, 2014).

Nesta pesquisa, os participantes destacam o fato de o Programa constituir-se em importante via de acesso ao ensino superior, ampliando o leque de possibilidades e estabelecendo-se como alternativa aqueles que não possuem condições financeiras, tanto para pagar uma instituição privada, quanto para preparar-se para o ingresso em uma instituição pública. “Foi um divisor de águas na minha vida, com certeza se não fosse pelo PROUNI eu não estaria graduada. (Janaina – Administração)”, “Eu não tenho nem o que dizer, mudou meu caminho, o Programa me deu a oportunidade de fazer o curso de Medicina [...] não sei o que seria de mim se não fosse o PROUNI (Pedro - Medicina)”.

Nesse sentido, Estacia (2009, p. 149), destaca a importância da bolsa na vida dos bolsistas, salientando “[...] o grande destaque dado a esse fato em suas vidas, pois é algo que parece estar marcando as suas histórias, ou seja, a oportunidade de fazer um curso superior”. Em seu estudo, Almeida (2009) observou que para 38% dos bolsistas o Programa significava a oportunidade de ingresso no ensino superior. Ainda, para 57% desses bolsistas a oportunidade de cursar a universidade é considerada como “sonho realizado”. Neste estudo, os participantes denotam o quanto o Programa é valorizado por eles, visto que todos ressaltaram o fato de terem sido incluídos em um local que não teriam condições de frequentar sem o PROUNI.

Mudança de vida

Por sua vez, a ampliação do acesso traz consigo uma série de possibilidades para os bolsistas, como por exemplo, ascensão social, amadurecimento, aquisição de maior habilidade social, além de novas perspectivas profissionais e econômicas.

Nessa direção, resultados de uma pesquisa apontam para relações significativas entre empregabilidade, com 65,8% dos bolsistas trabalhando na sua área de formação; remuneração, 56,9% dos egressos obtiveram aumento de renda atuando na sua área de formação, entre outros aspectos que denotam impacto positivo na vida de egressos do PROUNI. Ademais, para parte da amostra desse estudo, a formação superior representa “ser respeitado perante as classes sociais mais favorecidas [...] é o abrir de portas tanto

em relação ao conhecimento quanto em relação à cidadania” (FELICETTI; CABRERA; MOROSINI, 2014, p. 28).

Nesta pesquisa, os sujeitos relatam as novas perspectivas econômicas que obtiveram a partir do acesso à universidade, assim como o novo *status* adquirido perante a sociedade.

Acho que o crescimento pessoal, aprendizado, amadurecimento, mudou bastante. Só o status de ser graduada já é outra coisa... tu tens superior completo. E questões financeiras é óbvio que está melhorando, está tendo bom retorno (Andréia - Administração).

[...] estou falando só da universidade e o que ela me proporcionou na minha vida particular, mas hoje eu tenho uma perspectiva econômica muito maior do que eu tinha anos atrás. A 5 anos atrás eu estava entregando gás, hoje eu estou trabalhando em um escritório com ar condicionado sentado em uma mesa (Marcelo - Direito).

Dessa forma, entre as transformações sociais proporcionadas por um curso universitário, a formação superior representaria a possibilidade de ascensão social por meio do crescimento pessoal e profissional (FERREIRA, 2011), sendo ela um capital simbólico capaz de promover a ascendência social de seus portadores (BOURDIEU, 1998).

Além do acesso: a questão da permanência

No entanto, a inclusão de estudantes com baixa renda em Instituições de Ensino Superior (IES) suscita dúvidas quanto à permanência deles na educação superior. Teriam os beneficiários do Programa capacidade de se manter no ensino superior? O fato de ter isenção no pagamento da mensalidade é suficiente para garantir a permanência desses alunos em uma IES?

A vista dessa discussão, os resultados desta pesquisa denotam uma série de dificuldades enfrentadas pelos bolsistas. Entre elas, destacam-se os obstáculos financeiros, como o alto custo de transporte, alimentação e moradia, além do custeio do material escolar.

[...]chegou uma hora que acabou o dinheiro da bolsa, não tinha mais nada nem para alimentação, e essa menina que hoje mora comigo ela dividia tudo comigo, café, lanche, almoço. Eu queria voltar, ir embora (para o estado de origem) (Carla - Medicina).

[...] eu não sou de gastar muito, eu me controlo bastante, e é uma coisa que eu sempre tentei controlar, justamente para não chegar ao ponto de ter que desistir do curso por não estar dando. Porque é super difícil [...] vou sugerir um auxílio xerox, transporte, seria uma boa. Principalmente porque tem gente que não mora na cidade (as vezes nem tem universidade na cidade de origem) e aí tem que se deslocar todo dia ou se mudar, e acho que muitos alunos PROUNI são assim, então talvez seja uma dificuldade que fique “tapada” quando tu ofereces uma bolsa (Alice – Psicologia).

Estudos mostram que as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas vão além do acesso, abrangendo também questões de permanência, tais como transporte, alimentação, material escolar e didático, sendo que, não raramente, são esses os fatores responsáveis pelo trancamento da matrícula ou abandono do curso (SENA, 2011).

Corroborando essa afirmativa, resultados de pesquisa realizada na PUC-RJ (SANTOS, 2012) mostram que em relação as dificuldades de permanência no ensino superior, as alternativas que tiveram maior percentual de escolha em todos os cursos foram “dificuldades para custear materiais”, “alimentação e transporte” e “dedicação de tempo adequado aos estudos”.

Nesse contexto, a afirmativa de Catani; Hey e Gilioli (2006) de que o PROUNI promove uma política pública de acesso ao ensino superior sem se preocupar com a permanência e conclusão do curso, é apropriada, sobretudo, se levarmos em conta pesquisas anteriores (SENA, 2011; SANTOS, 2012) corroboradas pela trajetória dos participantes desta pesquisa.

Dessa maneira, questiona-se sobre a capacidade que os beneficiários do Programa teriam de se manter no ensino superior, e, por conseguinte, até que ponto a bolsa de estudos é suficiente para garantir a inserção, permanência e conclusão desses estudantes no ensino universitário. Nesse cenário, professores de uma Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul, que concede bolsas do PROUNI, apontam para o fato de que “os bolsistas tem acesso à universidade, mas não a mesma condição dos demais para chegar com sucesso ao final do curso” (PINTO, 2010, p. 153).

Sendo assim, se considerarmos que as condições socioeconômicas dos bolsistas do PROUNI implicam dificuldades para sua permanência nas IES, fica implícita a necessidade da criação de planos complementares ao PROUNI que auxiliem na manutenção dos estudantes no ensino superior, tendo em vista que nesta e em outras pesquisas (SANTOS, 2012; SENA, 2011; PINTO, 2010), os bolsistas relataram sérias dificuldades para permanecer no curso. Por fim, destaca-se a falta de informações por parte do MEC sobre taxas de evasão e concluintes, visto que somente o acesso vem sendo contabilizado.

Convivendo com as diferenças

Ao inserir pessoas com baixa renda em Instituições de ensino privadas, o PROUNI nos coloca diante de outra problemática: promoveria ele a inclusão social de seus beneficiários no espaço universitário? Nessa perspectiva, os resultados desta pesquisa

apontam para um distanciamento entre bolsistas e alunos pagantes, sendo percebido pelos beneficiários do Programa como resultado da percepção das diferenças socioeconômicas entre ambos.

Concordante com os resultados desta pesquisa, um estudo sobre a experiência universitária e o perfil socioeconômico de bolsistas da PUC-RJ mostra que a

[...] diferença social entre os estudantes é vivida de forma intensa pelos bolsistas de nossa amostra, havendo mesmo um distanciamento entre alunos bolsistas e não bolsistas. Contudo, o fato de não existir uma maior interação entre os dois grupos não é interpretado enquanto práticas de discriminação social ou racial por parte dos alunos pagantes, mas sim como resultado da percepção das desigualdades de origem social existentes entre eles e de identificação com outros bolsistas (SANTOS, 2012, p. 788).

Nesse cenário, Bourdieu (2012) nos auxilia a pensar que a ampliação do acesso é insuficiente para superação das condições sociais dos estudantes. A diminuição das barreiras formais de acesso permite que os mais desfavorecidos estejam dentro do sistema, contudo, eles não vivenciam real superação das condições de desigualdade, uma vez que não possuem os mecanismos necessários (capital cultural) para decodificar os códigos escolares, isto é, eles não conseguem dominar os códigos culturais valorizados pela escola. Bourdieu (2012) denomina essa situação de arbitrário cultural dominante, isto é, a imposição de uma cultura sobre outra. Assim, o sistema de ensino torna-se amplamente aberto a todos e reservado para poucos, reproduzindo noção limitada de democratização.

Dessa forma, a diminuição das barreiras formais de acesso ao sistema de ensino não representa a superação das tradicionais condições sociais, mas, uma forma de exclusão que ocorre no interior da escola. Agora, os mais desfavorecidos estão dentro do sistema, porém, sem que se tenha real superação das desigualdades. Essa forma de exclusão, ocorre pela introjeção de um julgamento de inferioridade que transparece à medida que os estudantes vão revelando suas vivências (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2012). “A gente tinha um pouco de medo de ser discriminado, mas pelo contrário, nós mesmos acabamos nos separando e fazendo um grupo mais fechado (Pedro – Medicina)”.

Eu não vou dizer que era vergonha, mas eu ficava na minha quando eu via o pessoal reclamando de boleto atrasado, de que o valor tinha subido, eu não me sentia pertencendo aquilo [...] tinha uma colega que sempre vinha com o argumento de que vocês não pagam então não podem dar opinião [...] com relação a bolsa sempre foi tranquilo, recebi olhar de inveja, mas não de menosprezo ou diminuição [...] chegando na universidade eu conheci um mundo paralelo: conheci muita colega minha que pagava o que tu pensasse, era um mundo que eu não estava acostumado. Então eu

conheci o mundo do 'glamour', um mundo que eu não conhecia que era o da ostentação (Jardel - Psicologia).

As manifestações acima ilustram o caráter brando das práticas de exclusão (BOURDIEU, 1997), bem como a conversão de uma exclusão objetiva em uma exclusão subjetiva (FREITAS, 2002), considerando que a discriminação assume caráter implícito, derivado das diferenças sociais marcantes entre bolsista e aluno pagante, o que, por sua vez, mobiliza a auto exclusão dos sujeitos. Tais práticas de exclusão são imperceptíveis, graduais e sutis, insensíveis tanto para quem exclui como para quem é excluído (BOURDIEU, 1997).

Política compensatória

De acordo com a ótica dos participantes desta pesquisa, embora o PROUNI ofereça oportunidade de ingresso no ensino superior para pessoas com baixa renda, essa oportunidade não é ofertada de forma igualitária para todos e, tampouco, atinge a todas as camadas sociais. Essa situação é motivada, grande parte, pelo fato da maioria dos estudantes que se enquadram no critério socioeconômico do Programa, não possuírem os meios necessários para alcançar as vagas ofertadas, como por exemplo, sólida formação escolar e condições básicas de vida satisfeitas.

Desse modo, se considerarmos que o sistema de seleção do PROUNI privilegia a meritocracia e as capacidades individuais (CATANI; OLIVEIRA, 2003), indaga-se sobre o fato de o Programa estar atingindo a quem, de fato, se propõe, visto que o oferecimento de vaga na universidade é um mecanismo ineficaz quando necessidades básicas (saúde, educação, etc.) de uma determinada camada da população não são supridas, impossibilitando que esses estudantes obtenham êxito na busca por uma vaga, em um curso considerado de prestígio em universidade de qualidade reconhecida.

Além dos critérios de seleção do PROUNI, outro possível agravante dessa questão é a fiscalização precária no que se refere ao acompanhamento das informações prestadas pelos candidatos, assim como sua fidedignidade. Nesse sentido, participantes desta pesquisa referem a convivência com bolsistas de condição financeira elevada, o que, sem dúvida, contribui para a desvirtuação do Programa.

Eu estou vendo muita gente que eu conheço e que tem uma condição de vida bem elevada colocando no Facebook "Bixo – PROUNI" [...] nunca me perguntaram se meus pais estavam ganhando mais ou menos, se tinha mudado alguma coisa [...] durante o curso poderia acontecer de eu ter melhorado ou piorado, mas ninguém ficou sabendo[...]eu via o Programa como um meio de inclusão de quem não tinha

condições mesmo, ai depois tu vê essas pessoas que poderiam pagar entrando enquanto alguns que não tem condições ficam de fora (Ana - Direito).

Até porque tinha aluno do PROUNI, mas que não sei como passaram pelo Programa porque tinham condições de se manter. Filhos de gente “grande” que só andavam de Prada, Carmim [...] não era gente que deveria estar ali [...] eu tive colegas que não via de que modo eles conseguiram burlar o sistema para ser bolsista do PROUNI (Carla - Medicina).

À vista disso, resultados de uma pesquisa realizada com 50 bolsistas, destacam as diferenças entre bolsistas alocados nas universidades mais prestigiadas do estado de São Paulo, em relação aos matriculados nas instituições menos prestigiadas, com baixa relação candidato/vaga. Enquanto os primeiros são, em sua maioria, jovens com idade entre 18 e 24 anos, moradores dos bairros mais próximos do centro paulistano e filhos de pais com formação universitária, o segundo grupo habita regiões periféricas da cidade, sendo filhos de pais com baixa escolaridade, migrantes da zona rural. Ainda de acordo com essa pesquisa, o primeiro grupo de bolsistas costuma ocupar as vagas de bacharelados, ao passo que os alunos mais pobres costumam preencher as vagas de licenciaturas e tecnólogos (ALMEIDA, 2015). Segundo Neves; Raizer e Fachinetto (2007), ao contrário do que poderia se supor, a expansão das matrículas no ensino superior não trouxe mudança significativa na composição social dos estudantes.

Essa condição legitima as diferenças socioeconômicas dos estudantes, além de contribuir para a manutenção da estratificação social existente (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006) uma vez que as vagas mais concorridas permanecem acessíveis apenas para os indivíduos de condição financeira mais elevada, de modo que os mais pobres enfrentam grandes barreiras para o acesso a cursos e IES mais conceituados (ABDAL; NAVARRA, 2014). Sendo assim, postula-se que o PROUNI colabora para a “segmentação do ensino, dentro do qual cada vez mais convivem instituições com patamares diferentes de qualidade e estudantes com formação de qualidade muito distinta” (ABDAL; NAVARRA, 2014, p. 87).

Ademais, observa-se pela fala dos sujeitos desta pesquisa que o Programa opera como uma “bandagem”, isto é, uma forma de compensar as falhas da rede básica do ensino público. Nesse cenário, 77% dos bolsistas de um outro estudo (ALMEIDA, 2009) fizeram sugestões ao governo, com destaque para o fato de 23% pediram melhoria do ensino básico, pois, assim, conseguiriam ingressar em uma universidade pública.

É um projeto que dá oportunidade para as famílias mais carentes e que não tiveram uma base escolar boa para entrar em uma faculdade federal [...] (Marcelo - Direito).

Com certeza é um projeto de inclusão que tenta colocar um “bandaid” em cima de uma ferida que é gigantesca (educação básica), que a gente sabe que não resolve, sabe que não tem como esse projeto fazer a diferença no Brasil [...] ele tem uma

proposta muito boa apesar de não ser uma solução para quase nada. Mas eu fui contemplado por essa “bandagem”, por isso eu me sinto grato e consigo enxergar de outra maneira (Jardel - Psicologia).

Nesta pesquisa, alguns dos sujeitos relataram a dificuldade que teriam de ingressar no ensino superior público, em virtude da base escolar que tiveram. Sendo assim, os sujeitos matricularam-se em instituições com ensino precário, motivo que os levou a solicitar transferência para outra universidade, em um segundo momento.

Eu fui para a universidade lá em Santa Catarina, era uma universidade nova [...] ainda não tinha um embasamento, recém estava começando a se estruturar e eu cursei 3 semestres lá e comecei a achar que a universidade era meio fraca, eu me dei conta que na universidade de lá eu ia me formar muito fraco, não eram as mesmas exigências que eu estava acostumado aqui. (Marcelo - Direito).

Estava abrindo a primeira turma de Psicologia lá em Porto Alegre. Então eu me inscrevi para lá que era onde eu tinha mais chances, porque em universidades mais conceituadas a média era maior [...] depois pedi transferência para cá, pois eu vi que aqui tinha uma boa estrutura, o curso tinha um bom conceito e a que eu fazia em Porto Alegre não tinha (Alice - Psicologia).

Em sua dissertação, Rocha (2009) chama a atenção para essa condição, dizendo que

Ao invés de corrigir as debilidades educacionais da educação superior, como o acesso e a permanência da classe trabalhadora, o PROUNI é, na verdade, o aprofundamento das desigualdades sócio educacionais significando concretamente, por meio da negação do direito ao acesso à educação superior de qualidade e socialmente referendada (ROCHA, 2009, p. 205).

Dessa maneira, percebe-se que, não raramente, o PROUNI “compensa” aqueles indivíduos cuja base escolar não os permite galgar vagas nas IES mais prestigiadas – sejam públicas ou privadas -, com matrículas em instituições precárias, marcadas pelo fato de serem “faculdades desprestigiadas [...] com formato curto do curso, baixa avaliação no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e baixo retorno financeiro” (ALMEIDA, 2015, p. 93). Isso evidencia que embora o Programa dê oportunidade para “todos”, o acesso e permanência em cursos prestigiados permanece sendo para poucos.

Qualidade das IES credenciadas pelo programa

Atrelada à questão anterior, está a discussão acerca da qualidade de parte das instituições credenciadas pelo PROUNI. Para Sena (2011), a falta de controle da qualidade das IES que oferecem vagas para o PROUNI é o principal argumento utilizado

pelos opositores do Programa. Nessa perspectiva, o Sindicato Nacional de Dirigentes do Ensino Superior (Andes) se manifestou em dezembro de 2004, dizendo que

O PROUNI, além da volumosa isenção fiscal, garante uma “reserva de mercado” para as instituições privadas de baixa qualidade que vêm perdendo espaço no mercado. Desloca o acesso dos jovens de baixa renda da universidade pública para os escolões de 3º grau privados, notadamente por meio dos iníquos cursos sequenciais de formação específica que fornecem um certificado de formação superior e não um diploma de graduação (Andes apud SENA, 2011, p. 101).

Nessa direção, Abdal e Navarra (2014) discutem a ampliação do acesso por meio setor privado, e apontam para a concentração dos cursos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, o que, por sua vez, “concorre para uma relativa precariedade e insuficiência da experiência de Ensino Superior” (ABDAL; NAVARRA, 2014, p. 87).

Os resultados desta pesquisa apontam para a baixa qualidade de alguns modelos de IES, uma vez que, conforme mencionado anteriormente, o ensino de pouca qualidade encontrado por alguns dos sujeitos desta pesquisa, foi fator preponderante para que solicitassem transferência para outras instituições. “Eu comecei a sentir falta da universidade mesmo, eu achei a faculdade de lá muito precária (Jardel - Psicologia)”, “[...] Comecei a achar que a universidade era meio fraca, eu me dei conta que na universidade de lá eu ia me formar muito fraco, não eram as mesmas exigências que eu estava acostumado aqui (Marcelo - Direito)”.

Cabe ressaltar que, em 2012, a rede privada de ensino no Brasil era composta por 85 universidades, 129 centros universitários e 1898 faculdades (INEP, 2015). Entre as principais diferenças entre esses três tipos de IES, destacam-se aspectos como Programas de Iniciação Científica, Programas de Pós-Graduação *Stricto-Sensu*, titulação do corpo docente e estrutura física. Nesse cenário, dados fornecidos pelo SISPROUNI (2015) mostram que 57% das IES contempladas pelo Programa são instituições com fins lucrativos, e apenas 17% das instituições são entidades beneficentes de assistência social.

À luz dessa reflexão, Neves; Raizer e Fachinetto (2007) questionam se o processo de expansão do ensino universitário tem assegurado maior acesso à educação superior de qualidade. Os resultados revelam que a criação de novas modalidades de IES e cursos, bem como a implementação de políticas inclusivas – como o PROUNI -, não produziu “mudanças importantes no tipo de oferta de educação superior que poderiam colaborar significativamente para a elevação do acesso e da interação com a sociedade” (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007, p. 150).

Portanto, se considerarmos que grande parte das instituições beneficiadas pelo PROUNI apresentam baixa qualidade de ensino, o Programa por meio da concessão de isenções fiscais beneficia mais o setor privado do que os bolsistas, favorecendo um sistema de ensino sob os moldes privatizantes, priorizando a inserção dos jovens de baixa renda em espaços educacionais deficientes (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006). Desse modo, Almeida (2015, p. 93) postula que para grande parte de sua amostra – egressos de licenciaturas e tecnólogos, o PROUNI “acrescenta um diploma de ensino superior com peso menos efetivo. E é justamente nesse ponto que se justifica entender, plenamente, a estrutura do ensino superior privado lucrativo brasileiro.”

Considerações finais

Desde a tramitação do projeto no Congresso Nacional, o PROUNI fomentou debates acalorados no que concerne sua efetividade. A principal discussão é se o Programa cumpre seu objetivo de democratizar o acesso à educação superior, ou se, por outro lado, favorece a privatização do ensino superior brasileiro.

Entre os defensores do PROUNI, destaca-se a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), entidade de direito privado, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos. Em 2002, promoveu o evento denominado “Ciclo de Debates sobre Políticas Públicas de Educação superior”, que visava discutir novas possibilidades de iniciativa privada e ganhos para o empresariado no setor educacional. Esse evento norteou os rumos da reforma universitária proposta na gestão Lula, exercendo forte pressão frente ao governo para obtenção de maiores benefícios para as instituições privadas (ROCHA, 2009). O exposto torna-se evidente se tomarmos como referência as manifestações de alguns conferencistas presentes no congresso.

Nós, os puristas, os apaixonados pela qualidade da educação, segundo a lei, não podemos colocar mais de 50 (alunos). Quer dizer, o sistema está preso, está numa camisa de força. Não pode aumentar o número de alunos, tem, que botar mestre/doutor ensinando e os alunos cada vez mais pobres. Como é que vai resolver isto? Se não houver um apoio financeiro por meio de bolsas e de crédito educativo, o sistema será estrangulado rapidamente (ABMES, CASTRO, 2002, p. 82). Uma combinação bem pensada de crédito educativo, a cobrança de uma anuidade seria muito mais justo, do ponto de vista social, e muito mais eficiente do que a atual situação, em que o Governo financia o ensino público e praticamente não financia quem estuda no setor privado (ABMES, 2002, p. 68-69).

A União Nacional dos Estudantes (UNE) também mostrou-se favorável à criação do PROUNI, enaltecendo o preenchimento das vagas ociosas das IES privadas, assim como a inserção de pessoas com baixa renda no ensino superior (ROCHA, 2009).

Já os opositores do Programa, utilizam a falta de políticas claras para permanência dos beneficiários no ensino superior, bem como com a qualidade da educação ofertada, além da isenção fiscal concedida as IES privadas, para apontarem o PROUNI como instrumento de privatização do ensino superior. Nesse sentido, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) manifestou-se em dezembro de 2004, dizendo que a educação superior estava sendo tratada como mercadoria, e não como direito social. Nessa direção, Rocha (2009) postula que o conteúdo privatista mercantilista do Programa acarreta o desmonte do tripé ensino, pesquisa e extensão e, por conseguinte, produz apenas a “pseudo democratização” do acesso à educação superior.

Sendo assim, Rocha (2009, p. 201) defende que o PROUNI é a maior ação “no encaminhamento do projeto de expansão privada desse segmento de ensino, com a transferência de recursos públicos para o setor privado, mediante renúncia fiscal”. Dessa maneira, Catani; Hey e Gilioli (2006, p. 137) defendem que “ao invés de privilegiar as IES privadas, o governo poderia investir no setor público, capaz de democratizar a educação superior”.

Os resultados desta pesquisa são, grande parte, concordantes com as críticas expostas, considerando que os bolsistas estudados enfrentaram dificuldades para permanecer na educação superior, além de terem sido incluídos em espaços onde estabeleceu-se um campo de exclusão, com o distanciamento entre bolsistas e alunos pagantes. Não obstante, parte da amostra deparou-se, em um primeiro momento, com o ensino precário de faculdades e centros universitários. Ademais, observou-se pelo discurso dos participantes desta pesquisa, que o PROUNI opera como uma medida compensatória, que, não raramente, insere indivíduos cuja base escolar e/ou condição socioeconômica não os permite galgar vagas nas IES mais prestigiadas. Isso evidencia que embora a oportunidade seja para todos, o acesso e permanência em IES prestigiadas continua sendo privilégio de poucos.

Todavia, faz-se mister salientar os pontos positivos do Programa. Nesse cenário, percebe-se nas falas dos sujeitos deste e de outros estudos (ESTACIA, 2009; ALMEIDA, 2009; FERREIRA, 2011), o quanto o Programa é valorizado pelos seus beneficiários, tendo em vista que há um discurso quase uniforme, de que “sem o PROUNI eu não teria me graduado”. Além disso, não nos parece adequado negar a existência de IES privadas

de reconhecida qualidade, que, assim como as universidades públicas, oferecem o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, reflete-se que o Programa proporcionou significativa ampliação do acesso à educação superior. Contudo, essa expansão não foi realizada de maneira equitativa, tendo em vista que a oportunidade de escolha dos candidatos mais carentes, encontra-se cerceada. Fundamentando nossa hipótese, Almeida (2014) nos mostra que o perfil do bolsista que tem acesso às IES prestigiadas, é quase antagônico ao do beneficiário alocado em cursos e IES menos conceituados. Dessa forma, percebe-se a existência de “instituições com patamares diferentes de qualidade [...] e estudantes com formação de qualidade muito distinta” (ABDAL; NAVARRA, 2014, p. 87). Sendo assim, pesa contra o PROUNI o fato de 57% das instituições contempladas pelo Programa serem instituições com fins lucrativos, e apenas 17% Entidades Beneficentes de Assistência Social (SISPROUNI, 2015). Conseqüentemente, por meio das isenções fiscais concedidas a essa natureza de IES, beneficia mais o setor privado com fins lucrativos do que os bolsistas.

Referências

ABDAL, Alexandre; NAVARRA, Julia. "Uni por Uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa": deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do ProUni no Ensino Superior privado. *Novos Estudos - Cebrap*, São Paulo, n. 99, p.65-87, jul. 2014.

ABMES. *Políticas públicas de educação superior: desafios e proposições*. Brasília: FUNADESP, 2002.

ALMEIDA, Maria Aparecida de. *Universidade para todos: o prouni na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior*. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Os Herdeiros e os bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 130, p.85-100, 2015.

ALVES, Ana das Graça. *O desempenho acadêmico dos alunos do Programa Universidade Para Todos*. 2008. 71 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

AMARAL, D. P. do, OLIVEIRA, F. B. O prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. *Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.* Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 861-890, out./dez. 2011.

BARBOSA, M. M. A inclusão e a diversidade no ensino superior. *Educação e Mudança*, Anápolis, n. 9/10, p. 15-29, jan./dez. 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 2. ed., Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

_____; CHAMPAGNE, Patrick (2012). Os excluídos do interior In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 14^a ed., 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_an_o.pdf>. Acesso em: 23 agosto 2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_categoria_administrativa_da_ies.pdf>. Acesso em: 23 agosto 2015.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 23 agosto 2015.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior?. *Educar*, Curitiba, n. 28, p.125-140, 2006.

_____; OLIVEIRA, João Ferreira. Acesso e permanência no ensino superior: capacidades, competição e exclusão social. In: SEVERINO, A J.; FAZENDA, I. C. A (Orgs). *Políticas educacionais: o ensino nacional em questão*. Campinas: Papyrus, 2003.

ESTACIA, Maria Aparecida. *Alunos do ProUni da Universidade de Passo Fundo: trajetórias, percepções/sentimentos e aproveitamento acadêmico*. 2009. 239 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

EVANS, R. *The pedagogic principal*. Canadá, Alberta: Qual Institute Press, 1999.

FELICETTI, Vera Lucia; CABRERA, Alberto F.; MOROSINI, Marilia Costa. Aluno ProUni: impacto na instituição de educação superior e na sociedade. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, México, v. 5, n. 13, p.25-39, maio 2014.

FERREIRA, Karin Terrel. *PROUNI: trajetórias*. 2011. 166 f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. A internalização da exclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p.299-325, set. 2002.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. *Revista Diálogo Educacional*, v. 6, n. 17, jan./abr., 2006, p. 97-112.

MANCIBO, D. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 25, n. 88, p. 845-866, out. 2004. Número especial.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; RAIZER, Leandro; FACHINETTO, Rochele Feline. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre. vol. 9, n. 17 (jan./jun. 2007), p. 124-157

PATTON, M. Q. *Qualitative evaluation and research methods*. Newbury Park: Sage, 1990.

PINTO, Marialva Linda Moog. *Qualidade da educação superior e o PROUNI: Limites e possibilidades de uma política de inclusão*. 2010. 202 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

ROCHA, Antônia Rozimar Machado e. *Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e a pseudo democratização na contra reforma da educação superior*. 2009. 217 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SANTOS, Clarissa Tagliari. Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do prouni na puc-rio. *Rer. Bras. Estud. Pedagog.* v. 93, n. 235, Brasília, set./dez. 2012.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; NUNES, Adriana de Souza. A efetividade de programas sociais de acesso á educação superior: o caso ProUni. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p.941-964, jul./ago. 2011.

SEIDMAN, Irving. (1998) *Interviewing as Qualitative Research*. 2nd ed. Teachers College, Columbia University.

SENA, Eni de Faria. *Estímulo, acesso, permanência e conclusão no ensino superior de alunos bolsistas do programa universidade para todos(PROUNI): contribuições para o enfrentamento do processo de inserção*. 2011. 232 f. Tese (Doutorado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOUZA, Márcio Rodrigo de Araújo; MENEZES, Monique. Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando?. *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p.609-634, jul./set. 2014.

VAN MANEN, M. *Researching lived experience: human science for an action sensitive pedagogy*. London, Ontario, Canada. The Althouse Press, State University of New York Press, 1990.

Submetido em 12/07/2016, aprovado em 13/08/2018.